

**PERFIL DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESCOLA MUNICIPAL
JOAQUIM VITORINO DE ANDRADE, BENTO FERNANDES-RN/BRASIL**
**PROFILE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION TEACHERS AT JOAQUIM VITORINO
DE ANDRADE MUNICIPAL SCHOOL, BENTO FERNANDES-RN/BRAZIL**

ISSN: 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.23.1-1

Auristela Barbosa da Silva ¹

RESUMO

A identificação do perfil dos educadores que atuam na educação infantil ainda é uma lacuna na literatura existente. Diante desse contexto, objetivou-se com esse trabalho de pesquisa avaliar o perfil de profissionais da educação de uma escola do município de Bento Fernandes/RN/Brasil. Para a coleta de dados foi elaborado um questionário semiestruturado contendo 5 questionamentos. Após a coleta dos dados, esses foram analisados e plotados em gráficos utilizando-se como software o Excel. O perfil das profissionais que atuam com as crianças de creches e pré-escolas públicas do município estudado revela que os professores são do sexo feminino, pedagogas, com idade variando entre 30 e 40 anos, que trabalham de 30 a 40h semanais, com 18 anos de experiência na educação infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil; profissionais da educação; perfil docente.

ABSTRACT

Identifying the profile of educators who work in early childhood education is still a gap in the existing literature. Given this context, the objective of this research work was to evaluate the profile of education professionals at a school in the city of Bento Fernandes/RN/Brazil. For data collection, a semi-structured questionnaire containing 5 questions was elaborated. After collecting the data, they were analyzed and plotted in graphs using Excel as software. The profile of the professionals who work with children from day care centers and public preschools in the municipality studied reveals that the teachers are female, pedagogues, aged between 30 and 40 years old, who work 30 to 40 hours a week, aged 18 years experience in early childhood education.

KEYWORDS: Early childhood education; education professional; teacher profile.

¹ Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-Graduada, no Curso de Especialização em Didática do Ensino - Ênfase em Geo-História, pela Universidade Potiguar. Pós-Graduada, em Psicopedagogia Institucional, pela Universidade Castelo Branco. Pós-Graduada, em Gestão Escolar Integrada com ênfase em Administração, Supervisão, Orientação E inspeção Escolar, pela Faculdade Famart. E-MAIL: auristela.bf@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br7758233345395343

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Educação Infantil esteve intimamente ligada ao assistencialismo, pelo qual a dimensão do cuidar se impunha como atividade fim da participação dos adultos na vida das crianças em ambiente institucionais. Mesmo observando uma mudança legal e de compreensão do papel das instituições infantis em nossa sociedade, ainda hoje, perdura uma lógica de que cuidar e educar crianças de tenra idade é função das mulheres, haja vista as características ditas femininas que permeiam essa ação (zelo, carinho, amor, acalento, higienização, entre outras funções) (MARTINS e MELLO, 2019).

A Educação Infantil, como um direito da criança, está respaldada na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil de 2010 e também nos Planos Nacionais de Educação. Embora se reconheçam os avanços legais, reitera-se a necessidade de se compreender quem é a criança de zero a cinco anos e a especificidade do seu desenvolvimento, pois esta compreensão interfere diretamente no processo de organização do trabalho pedagógico (PORTELINHA *et al.*, 2017).

Como elemento chave para o desenvolvimento de estratégias e indicador do caminho a ser percorrido na EI, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta-se como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação.

Orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes

Curriculares Nacionais da Educação Básica (2011), sendo de responsabilidade das escolas garantir aos alunos as competências gerais estabelecidas pelo documento da BNCC, igualizando esse dever para todas as crianças.

A BNCC trata-se da formulação curricular das redes escolares federais, estaduais e municipais para as propostas pedagógicas do contexto escolar. Também integra política nacional da Educação Básica. Na verdade, a Base Nacional tem como finalidade contribuir na formação de professores, avaliando, e elaborando juntamente conteúdos educacionais e aos critérios para oferta infraestrutura de forma adequada para o desenvolvimento da educação (FORMIGA, 2021).

Possivelmente por sua existência “recente”, a formação dos professores de Educação Infantil ainda é um campo pouco explorado pelos estudos que investigam o saber docente. Pensar a formação dos professores de Educação Infantil implica em analisar o que há de comum e diferente na prática desses profissionais em relação aos professores de outros níveis educacionais.

Um dos aspectos indispensáveis para se garantir a melhoria da qualidade do atendimento oferecido às crianças consiste na qualificação e formação dos profissionais que atuam com elas. Essa formação deve ser vista como se fosse um processo de desenvolvimento profissional permanente, que vem desde a sua formação inicial até a sua formação continuada (PORTELINHA *et al.*, 2017).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996 (LDB) é um dos avanços mais significativos para a Educação Infantil, já que traz inúmeras contribuições à área, dentre as quais pode-se destacar as citadas em seu art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5

(cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, diversos estudos aliam a qualidade dos serviços oferecidos às crianças em creche e pré-escolas ao perfil e à formação profissional de seus professores chamam também a atenção para a necessidade de uma formação inicial específica que contemple conteúdos e habilidades relacionados ao trabalho em educação infantil e considere as concepções, opiniões e valores dos alunos.

METODOLOGIA

Para a elaboração do referencial teórico foi realizado um levantamento dos artigos, monografias, dissertações e teses que versassem sobre a temática em pauta nas seguintes bases de dados: Google acadêmico, Pepsic, *Scielo* e periódicos da Capes. Foram utilizados, para busca das obras, os descritores em diversas combinações na língua portuguesa tais como: educação infantil, metodologias de ensino e aprendizagem na educação infantil, jogos digitais e brincadeiras na Educação infantil e educação infantil na contemporaneidade.

Após a leitura dos materiais, estes foram selecionados conforme a pertinência do assunto estudado. Foram excluídas todas as fontes bibliográficas que não se encontravam indexadas nas bases de dados escolhidas e não apresentavam fonte segura de referência.

Para a pesquisa foram escolhidas aleatoriamente oito (8) professores do quadro da Escola Municipal Joaquim Vitorino de Andrade, município de Bento Fernandes-RN/Brasil, contando-se com os afetivos e temporários, obtendo-se uma amostra mista composta por 6 participantes. Para dá prosseguimento a pesquisa, a pesquisadora solicitou de cada participante o termo

livre de consentimento para utilizar suas informações na elaboração deste trabalho.

Para a coleta das informações necessárias à pesquisa foi elaborado um questionário semiestruturado contendo 5 questões, sendo essas destinadas a responder aos objetivos propostos nesse estudo que foram: avaliar as principais dificuldades e desafios vivenciados no cotidiano docente quanto a avaliação na EI.

Os dados obtidos foram analisados e agrupados por frequência quanto à similaridade e disparidade das respostas. Após essas análises, os resultados foram projetados em gráficos utilizando-se o Excel como ferramenta.

RESULTADOS E DICUSSÕES

Dentre os 8 profissionais pesquisados, todos são mulheres, o que corresponde a 100% da população investigada. Esses dados confirmam o que vem sendo demonstrado em outras pesquisas no que se refere ao número significativo de mulheres na profissão do magistério na Educação Infantil (SANTOS e COSTA, 2016).

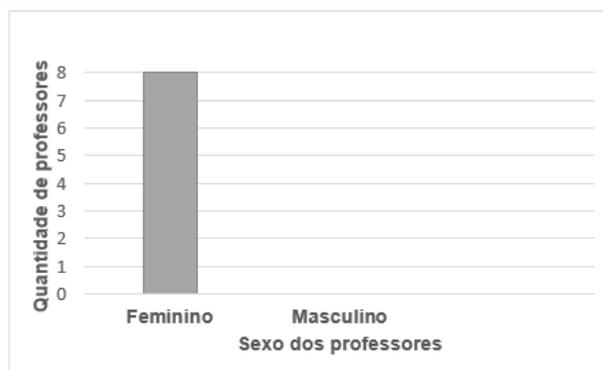


GRÁFICO 1. Sexo dos professores que trabalham na Educação infantil de escolas públicas do município de Bento Fernandes/RN/Brasil.]

Resultados similares foram obtidos por Coelho et al. (2023), o qual observaram em seus resultados que o sexo dos professores seguia os padrões nacionais (96%) quanto a prevalência do gênero feminino atuando na Educação Infantil, tanto na região de Palmas (96%)

quanto na região de Montes Claros (99%). Os resultados demonstram que docentes que lecionam na Educação Infantil possuem 88% mais chances (1,88) de serem do sexo feminino do que masculino. Esses resultados estão alinhados com o Censo Escolar que demonstra no Sudeste, 78,8% dos docentes da Educação Básica serem do sexo feminino e 21,2% *pertencerem ao sexo masculino* (BRASIL, 2019).

De acordo com o gráfico 2, observa-se que a grande maioria dos professores são formados em pedagogia, sem cursos de aperfeiçoamentos como pós-graduação. De 8 professores entrevistados, 5 são apenas pedagogos, 1 discente de pedagogia, 1 formado em pedagogia com pós-graduação em libras e 1 formado em pedagogia com pós-graduação em Educação infantil.

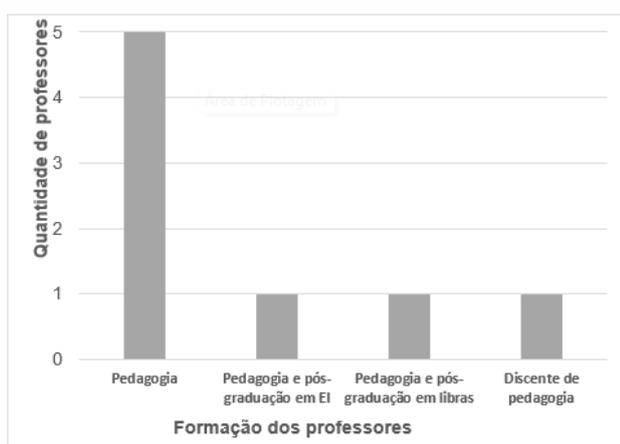


GRÁFICO 2. Formação acadêmica dos professores que trabalham na Educação infantil de escolas públicas do município de Bento Fernandes/RN/Brasil.

Estudos conduzidos por Amorim et al. (2017), demonstraram que os profissionais que atuam na EI possuem formação inicial em Pedagogia, sendo que a maioria dos professores especialistas possui pós-graduação em Educação Especial, de forma generalista e/ou por área de deficiência/transtorno, já os professores regentes possuem formação prevalentemente voltada à psicopedagogia. Além disso, os resultados revelaram que a carga horária de trabalho inviabiliza a formação continuada; outro ponto a ser destacado foi que os professores regentes relataram

difficuldade em ensinar a criança com deficiência, por não terem formação adequada.

Quanto a característica relacionada à escolaridade, os resultados indicam que os docentes da Educação Infantil apresentam 63% menos chances (0,37) de possuírem curso superior se comparados com os que lecionam em outras etapas de ensino (Fundamental e Médio). A escolaridade para o docente lecionar na Educação Básica, definida pelo art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é licenciatura em nível superior (BRASIL, 1996), o que alterou de forma positiva a situação do professor na Educação Infantil. Antes desta lei, à docência nesta etapa de ensino era exercida em sua grande maioria, por profissionais sem formação adequada (BUSS-SIMÃO; ROCHA, 2018).

Segundo Couto, 2020, os docentes da Educação Infantil apresentam em média. 63% menos chances (0,37) de possuírem curso superior se comparados com os que lecionam em outras etapas de ensino (Fundamental e Médio).

Entretanto, os resultados obtidos nessa pesquisa informam que todas as professoras possuem graduação, especialização ou mestrado, enfatizando algumas diferenças quando comparados a outros municípios. A escolaridade para o docente lecionar na Educação Básica, definida pelo art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é licenciatura em nível superior (BRASIL, 1996), o que alterou de forma positiva a situação do professor na Educação Infantil.

Estudos conduzidos por Martins e Mello (2019), indicaram que 76,4% dos professores de Educação Física que atuam na Educação Infantil, nas capitais investigadas, já alcançaram a qualificação em nível de pós-graduação. Esse percentual está muito acima da média, pois, em todo o país, apenas 30,2% dos docentes da Educação Infantil possuem pós-graduação (INEP, 2018). Se incluirmos todos os profissionais do magistério, das três etapas da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Médio), esse percentual chega a 37,1% (INEP, 2018). O Plano Nacional de Educação estabeleceu na

Meta 16 formar 50% dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu (BRASIL, 2014).

Antes desta lei, à docência nesta etapa de ensino era exercida, em sua grande maioria, por profissionais sem formação adequada (BUSS-SIMÃO; ROCHA, 2018). Conforme a LDB nº. 9.394/96, existe a necessidade de formação de docentes para a Educação Infantil, rompendo com os resquícios da história da própria Educação Infantil, a qual não exigia profissionais formados para a educação das crianças pequenas (SILVA e GARMS, 2015).

Quanto a faixa etária dos professores participantes da pesquisa, os dados obtidos evidenciaram que três dos 8 professores entrevistados encontram-se na faixa-etária dos 30-40 anos (Gráfico 2). De forma oposta, dois professores são mais jovens e encontram-se na faixa dos 20 aos 30 anos. De forma similar, dois dos oito professores entrevistados se encontram na faixa etária mediana, ou seja, entre os 40 e 50 anos, e apenas um professor encontra-se com idade na faixa dos 50-60 anos, respectivamente.

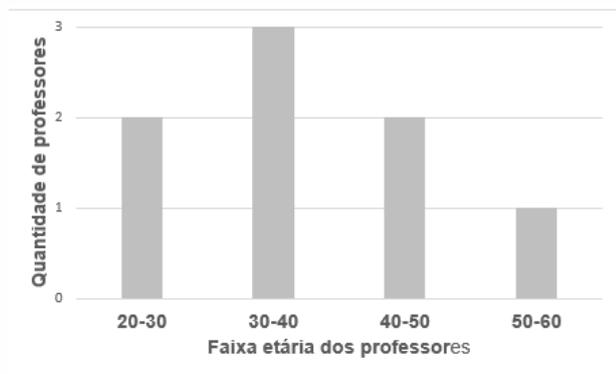


GRÁFICO 3. Faixa etária dos professores que trabalham na Educação infantil de escolas públicas do município de Bento Fernandes/RN/Brasil.

Estudos conduzidos por Costa e Silva (2016), a respeito do perfil dos professores da EI indicaram que dos 50 profissionais pesquisados, 16 têm até 20 anos, o que corresponde a 32% do total da amostra. Já 25 docentes têm entre 20 e 40 anos, correspondendo a 50%,

e 9 têm acima de 40 anos, o que corresponde a 18%, respectivamente.

Outra variável analisada nesse trabalho foi a carga horária dos professores da EI. De acordo com o gráfico 4 observa-se que a população de professores amostrados trabalha da seguinte maneira: de oito participantes, 3 professores trabalham 30h, 3 professores trabalham 40h, 1 professores trabalham 30h e 1 professores trabalham 20h, respectivamente.

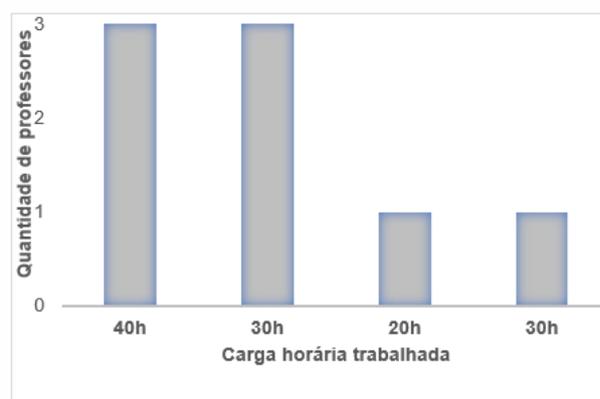


GRÁFICO 4. Carga horária dos professores que trabalham na Educação Infantil de escolas públicas do município de Bento Fernandes/RN/Brasil.

A carga horária de trabalho dos professores da educação infantil é uma variável bastante significativa nos resultados, pois para preparar metodologias avaliativas, observar e avaliar cada criança em sua individualidade é necessário que o professor disponha de tempo para planejar. Diante dessa carga horária, observa-se que os professores, em sua maioria, apresentam pouco tempo livre para avaliar cuidadosamente suas crianças ao longo do ano letivo.

A esse respeito, Santos e Costa (2016), observaram em sua pesquisa que 18% dos entrevistados trabalha 40 horas por semana, sendo oito horas diárias de segunda a sexta-feira (e em alguns sábados do mês). Esses dados revelam a atuação intensa destes profissionais, que geralmente se submetem a uma segunda jornada de trabalho a fim de viabilizar uma melhoria da renda familiar. Nesta jornada dupla de

trabalho não estão contemplados tempos e espaços para o planejamento e a avaliação das atividades desenvolvidas com as crianças, tampouco para os professores se dedicarem à formação profissional.

Com relação ao tempo de docência dos professores, observa-se no gráfico 5, que a grande maioria dos professores trabalham a mais de 18 anos, representando 3 professores do total de 8. De forma similar, 2 de oito professores trabalham há, pelos menos, 15 anos, 1 professor trabalha há 15 anos, 1 professor há 1 ano, e 1 professor trabalha há 4 anos, respectivamente, totalizando oito professores.



GRÁFICO 5. Tempo de docência dos professores que atuam na etapa de Educação infantil de escolas públicas do município de Bento Fernandes/RN/Brasil.

Colaborando com esses resultados, estudos conduzidos por Santos e Costa (2016), revelaram que a maioria das professoras participantes da pesquisa (50%) tem de 5 a 10 anos de experiência docente. Do restante, 24% tem até 5 anos, 8 % tem de 10 a 20 anos, 8% tem mais de 20 anos e 10% não responderam. Esse dado nos revela que a maioria dos professores que responderam ao questionário já possui uma experiência significativa na docência, ou seja, já ultrapassaram a fase de entrada na carreira (primeiros 3 anos), considerada como fase de “sobrevivência” ou de “descoberta”, onde o professor tem o que se chama de “choque do real”, ou seja, o confronto inicial com a complexidade da situação profissional.

Martins e Mello (2016) verificaram que dos 140 docentes que aceitaram responder à questão sobre tempo de docência na EI, relataram que, mais da metade (54%) tem até 5 anos de atuação. Esses percentuais, aliados as características etárias desses docentes, reforçam a nossa hipótese de que são os jovens professores, com menos tempo de formação, idade e vínculo nas redes, que atuam na primeira etapa da Educação Básica. Ou seja, tem muito mais a ver com uma “condição”, derivada da conjuntura que envolve a inserção desses profissionais no mundo do trabalho, do que propriamente, uma “opção”, escolha livre e desimpedida de atuar na Educação Infantil por um projeto de carreira.

Essas informações indicam que o corpo docente das escolas de EI do município estudado apresentam um tempo maior de experiência docente quando comparada a pesquisa dos autores supracitados. Após a obtenção dos dados informativos sobre o perfil dos professores, foram questionados aos professores algumas indagações que objetivavam entender o que os professores da EI sabiam a respeito da avaliação e como eles a realizavam as avaliações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil das profissionais que atuam com as crianças de creches e pré-escolas públicas do município estudado revela que os professores são do sexo feminino, pedagogas, com idade variando entre 30 e 40 anos, que trabalham de 30 a 40h semanais, com 18 anos de experiência na educação infantil.

Os resultados, ao evidenciarem que o docente da Educação Infantil tem menos chances de possuir curso superior se comparado com seus colegas que lecionam em outras etapas da Educação Básica, incidem na direção de que há necessidade de maiores investimentos na formação inicial dos docentes que atuam na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. **Três notas sobre formação inicial e docência na educação infantil.** In: CANCIAN, V. A.; GALLINA, S. F. S.; WESCHENFELDER, N. (orgs.) *Pedagogias das infâncias, crianças e docências na educação infantil.* Santa Maria: UFSM; Brasília: MEC/SEB, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: 1996.

BUSS-SIMÃO, M.; ROCHA, E.A.C. **Docência na educação infantil: uma análise das redes municipais no contexto catarinense.** *Revista Brasileira de Educação.* vol.23, Rio de Janeiro, 2018.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Orgs.). **Anuário brasileiro da educação básica.** Todos pela Educação. São Paulo: Moderna, 2021

FORMIGA, F. A. **Jogos e brincadeiras na educação infantil para a promoção do desenvolvimento cognitivo.** / Fernanda Andrade Formiga. – 2021, Formiga, 2021

MARTINS, R. L. R.; TRINDADE, L. H.; MELLO, A. S. **Educação infantil e formação docente: análise das ementas e bibliografias de disciplinas dos cursos de educação física, Movimento,** Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 705-720, jul./set. de 2018.

MARTINS, R. L. R.; MELLO, A. S. **Perfil profissional dos professores de educação física que atuam na educação infantil pública das capitais brasileiras.** *Revista Humanidades e Inovação* v.6, n. 15, p.161-172, 2019.

PACHECO, M. A. L., MOMTEIRO, R. R. M., CARMO, A. D., MAGALHÕES JÚNIOR, A. G. **Formação de professores: A trajetória da docência universitária no curso de Licenciatura em Pedagogia da UAB/UEC.** *Tendências Pedagógicas, Tendências Pedagógicas, EARLY VIEW,* v. 36, 2020.

PORTELINHA, Â. M. S.; ZOIA, E. T.; PASQUALOTTO, L. C.; COELHO, R. T.; SBARDELOTTO, V. S. **A educação infantil no contexto das discussões da Base Nacional Comum Curricular.** *Temas & Matizes, [S. l.],* v. 11, n. 20, p. 30–43, 2017.

SANTOS, L. G. F.; COSTA, S. A. **O PERFIL DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA: Contribuições para a discussão acerca da qualidade na primeira etapa da Educação Básica.** *Revista Exitus, Santarém, PA,* v. 6, n 2 p. 129 – 142, Jul./Dez.2016.